

# Memória Sindical

*Sindicato dos Fiscais Tributários do Estado  
de Mato Grosso do Sul - SINDIFISCAL / MS*



**A presente publicação é de responsabilidade do Sindicato dos Fiscais Tributários do Estado de Mato Grosso do Sul - SINDIFISCAL/MS**  
Rua Joaquim Murinho, 821 - Centro - Cep 79002-100  
Fone/fax: (67) 3321-6008 - Campo Grande – Mato Grosso do Sul  
**[www.sindifiscalms.org.br](http://www.sindifiscalms.org.br) - [imprensa@sindifiscalms.org.br](mailto:imprensa@sindifiscalms.org.br)**

*Jornalistas responsáveis:*

**Edir de Souza Viégas** – [esviegas@terra.com.br](mailto:esviegas@terra.com.br)

**Yara Cristina Dosso** – [yaradosso@gmail.com](mailto:yaradosso@gmail.com)

*Entrevistas e pesquisa histórica:*

**Lira Dequech** – [liradequech@uol.com.br](mailto:liradequech@uol.com.br)

*Impressão:* **Centro Gráfico Ruy Barbosa**

*Editoração eletrônica:* **W/28pro Propaganda** – [w28propaganda@gmail.com](mailto:w28propaganda@gmail.com)

*Tiragem:* **1500 exemplares**

**Distribuição gratuita e direcionada**

**Publicado em Outubro de 2016**

# Memória Sindical



**SINDIFISCAL/MS**  
Sindicato dos Fiscais Tributários  
do Estado de Mato Grosso do Sul



**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Marco Aurélio Cavalheiro Garcia**

*Diretor-Presidente*

**João Henrique Andreus**

*Vice-Diretor Presidente*

**Francisco Carlos de Assis**

*Diretor-Secretário e de Comunicação*

**Wilson Alonso Costa**

*Vice-Diretor Secretário e de Comunicação*

**Luís Augusto Nunes Ferreira**

*Diretor-Financeiro e Administrativo*

**Wilson Marcos Pereira**

*Vice-Diretor Financeiro e Administrativo*

**João Bosco de Figueiredo Costa**

*Diretor de Formação Sindical, Social e de Aposentados (licenciado)*

**João Carlos Teles dos Santos**

*Diretor de Formação Sindical, Social e de Aposentados (interino)*

**CONSELHO FISCAL – MEMBROS TITULARES**

*Presidente*

**Woney Costa da Silva**

*Secretário*

**Cleo Moreira de Brum**

**Marcus Vinícius Corrêa**

**Carmem Tieko Massani Romero**

**José Martins Faustino**

**MEMBROS SUPLENTES**

**Simião Allaman**

**Sebastião Lopes Filho**

**Mirto Pimentel**

**Jandir Monteiro**

**FUNDO MÚTUO DE PECÚLIO**

*Diretor-Presidente*

**Júlio Cezar Vieira de Almeida**

*Diretor-Financeiro*

**Fábio de Souza Araújo**

*Diretor-Administrativo*

**José de Alencar Santelli**



**DELEGACIAS SINDICAIS****Delegacia Sindical de Aquidauana***Delegado - Leodomiro Lopes Flores**1º Vice-Delegado - Sales de Arruda Braga**2º Vice-Delegado - Antonino Ribeiro Ayres***Delegacia Sindical de Bataguassu***Delegado - Moacir Dias Perônico**1º Vice-Delegado - Luis Sérgio Samomiya**2º Vice-Delegado - Severino Ramos Vieira Xavier***Delegacia Sindical de Campo Grande***Delegado - Hesio José da Silva**1ª Vice-Delegada - Márcia Ribeiro**2º Vice-Delegado - João Pimpinatti***Delegacia Sindical de Corumbá***Delegado - Haroldo Waltencyr Ribeiro Cavassa**1º Vice-Delegado - Luiz Carlos Pereira da Costa**2º Vice-Delegado - Carlos Alberto Machado***Delegacia Sindical de Coxim/Sonora***Delegado - Marconiedson de Oliveira Cunha**1º Vice-Delegado - Carlos Henrique da Silva**2º Vice-Delegado - Umberto Carlos Caetano***Delegacia Sindical de Dourados***Delegada - Doraci Pereira Aquino de Mendonça**1º Vice-Delegado - Roberval Edson dos Santos**2ª Vice-Delegada - Amália Alves Miranda***Delegacia Sindical de Mundo Novo***Delegado - Nelson José Schneider**1º Vice-Delegado - Marciel Garbin**2ª Vice-Delegada - Rosa Marina Domingues Volpato***Delegacia Sindical de Nova Andradina***Delegado - Washington Ferreira de Moraes**1º Vice-Delegado - Giovani Antonioli**2ª Vice-Delegada - Inês Soares Martins Bittencourt***Delegacia Sindical de Paranaíba***Delegada - Adenice Domingos dos Santos Taveira Souza**1º Vice-Delegado - Gessi de Freitas Almeida Filho**2º Vice-Delegado - Quêrmes de Sá***Delegacia Sindical de Ponta Porã***Delegado - Sidney Kadar de Moraes**1º Vice-Delegado - Anselmo Raul Bareiro Lesme**2º Vice-Delegado - Luiz Alberto Mendoza***Delegacia Sindical de Três Lagoas***Delegado - Rubens Izidorio**1º Vice-Delegado - João Aparecido de Almeida*

## Apresentação

### **“Um povo sem história é um povo sem memória”**

*Colega Fiscal Tributário:*

*A frase que ilustra a abertura da apresentação deste trabalho não é de nossa autoria. É da historiadora Helena Pignatari e resume o objetivo que pretendemos alcançar com a presente publicação.*

*Além de resgatar o passado de lutas de nosso sindicato, o **Memória Sindical** se constitui na parte inicial de um trabalho muito mais amplo, que visa manter o acervo histórico em constante atualização por meio das ferramentas que nos são disponibilizadas pela internet.*

*Não por acaso, portanto, que em paralelo à versão impressa promovemos o lançamento do hot site Memória Sindical na home page do nosso sindicato, onde a partir de agora passaremos a registrar os fatos mais importantes que dizem respeito à nossa categoria, às nossas lutas e conquistas.*

*Nesta primeira publicação será resgatado o início da entidade, suas transformações e as diretorias eleitas, com um resumo dos principais acontecimentos em cada mandato.*

*Parte do conteúdo foi elaborado com base em documentos,*

*enquanto que outras foram baseadas na técnica da história oral, por meio de depoimentos, pois parcela considerável de documentos antigos já não existe mais.*

*Na versão impressa, da mesma forma que na versão on-line – esta última com maior conteúdo pelo fato da não limitação de espaço –, resgatamos a nossa história a partir do ano de 1979, quando começamos a nos organizar após a divisão do Estado do Mato Grosso e a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul.*

*Naquela ocasião, os colegas que optaram por permanecer no novo Estado se organizaram em duas entidades: a **AEMS** e a **AAFISTRISUL**. De lá pra cá, transformações e fusões nos levaram à criação da **AATE, SINDATE** e, finalmente, do **SINDIFISCAL/MS**.*

*Hoje, é com orgulho que comemoramos o fato de a nossa categoria estar entre as maiores forças sindicais do Estado e posicionada entre os maiores sindicatos do fisco estadual e distrital em nível nacional.*

*Tal condição é resultado de muita luta, trabalho e empenho de toda a categoria, que ao longo de quase três décadas construiu uma rica história, marcada por desafios, dificuldades e vitórias.*

*Boa leitura e feliz reminiscência.*

**Marco Aurélio Cavalheiro Garcia**  
Diretor-Presidente do SINDIFISCAL/MS

## Divisão do Estado

No dia 11 de outubro de 1977 o então presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, dividindo o Mato Grosso e criando o Estado de Mato Grosso do Sul. A data se transformou em marco de independência da Região Sul em relação à capital Cuiabá. Enquanto alguns ainda condenam as forças divisionistas, outros argumentam que a divisão serviu para impulsionar o desenvolvimento em ambos os Estados.

A divisão de Mato Grosso aconteceu devido a um processo demorado em que foram levados em consideração aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais.

O movimento divisionista ganhou força com a regularização das viagens ferroviárias. O crescimento sócio-econômico do Sul do Estado com a pecuária e a exploração da erva-mate marcaram o movimento.

Em 1921, Campo Grande passou a ser sede da Circunscrição Militar, hoje Comando Militar do Oeste. Em seguida, a cidade foi considerada a capital econômica de Mato Grosso devido à exportação impulsionada a partir da Estação Ferroviária.

O governo federal estabeleceu, em 1974, a legislação básica para a criação de novos Estados e territórios. No ano seguinte, renasceram as idéias divisionistas devido à discussão dos limites de Mato Grosso com Goiás.

O movimento tomou fôlego e, em 1976, a Liga Sul-Mato-Grossense, presidida por Paulo Coelho Machado, liderou a campanha. Do outro lado, a oposição era do governador de Mato Grosso, José Garcia Neto.



Trabalhando com rapidez e sigilo, os integrantes da Liga forneceram ao governo federal subsídios necessários para viabilizar a divisão do Estado. A lei foi então assinada e publicada no Diário Oficial do dia 12 de outubro de 1977.

Mato Grosso tinha à época 93 municípios e 1.231.549 quilômetros quadrados. A lei dividiu o Estado e deixou Mato Grosso com 38 municípios e Mato Grosso do Sul com 55. Apesar de ter menos municípios, Mato Grosso ficou com a maior área: 901.420 quilômetros quadrados.

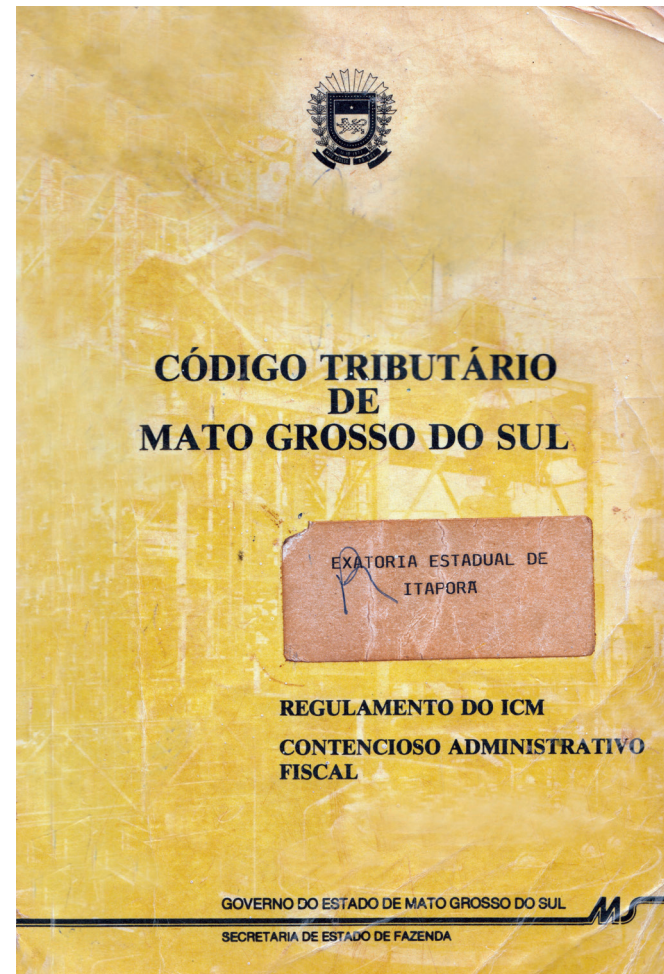
## Lei de criação do Código Tributário de Mato Grosso do Sul

### **Decreto-Lei nº 66 de 27/04/1979**

*Determina a republicação do Código Tributário do Estado; dispõe sobre a sua regulamentação e revê as tabelas relativas as taxas estaduais e dá outras providências.*

*Com o intuito de otimizar o trabalho de arrecadar e/ou fiscalizar os tributos estaduais, a Secretaria de Estado de Fazenda lançou o primeiro Código Tributário de Mato Grosso do Sul para uso interno dos servidores fiscais.*

*No texto da publicação foram integradas as disposições das Leis Estaduais n. 425, de 14 de dezembro de 1983, que introduziram modificações ao Decreto-Lei n. 66, de 27 de abril de 1979, com as necessárias remissões.*





## Associação dos Agentes de Fiscalização Tributária do Mato Grosso do Sul - AAFISTRISUL

Diretor-Presidente - **José Carlos Paniago**

Vice-Presidente - **Nestor Loureiro Marques (Chiquito)**

Tesoureiro - **Vanildo do Amaral**

Secretário - **Walter Lima de Mello**

### CONSELHO FISCAL

**Umberto Palermo - Luis Alberto Mendoza**

**Agustin Antelo Castedo - Oswaldo Malheiros de Souza**

**Manoel Pimentel - Rolemberg Donizett Alves**

Em 1981 foi criada a Associação dos Agentes de Fiscalização Tributária do Mato Grosso do Sul - AAFISTRISUL, com a colaboração de alguns poucos Agentes de Fiscalização Tributária que tiravam dinheiro do próprio bolso para manter a entidade.

O Agente de Fiscalização Tributária José Carlos Paniago foi o primeiro presidente da associação e ficou à frente da instituição durante todo o período de sua existência.

Diante das dificuldades e por conta da falta de recursos, a associação era mantida com a ajuda de colegas de Ponta Porã, Paranaíba, Três Lagoas e Corumbá. Cada membro que necessitasse vir à Capital para participar de reuniões arcava com todas as despesas de viagem.

As adversidades não foram empecilho para que a associação conquistasse todas as reivindicações pleiteadas em favor da categoria, como auxílio-alimentação; auxílio-transporte; diárias; carga horária de 180 horas (anteriormente o servidor trabalhava na escala 4 x 4); pagamento de horas-extras (a jornada de trabalho era de 240 a 300 horas); porte de arma; segurança nos postos fiscais; viaturas nos postos fiscais; meios de comunicação, local de trabalho digno (em Cuiabá

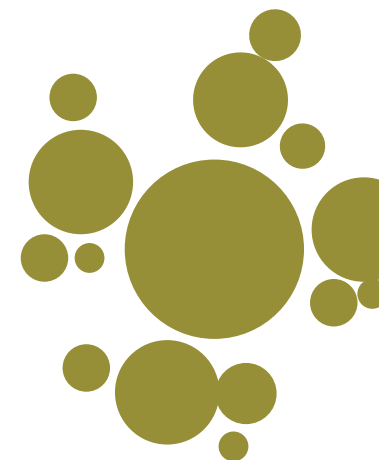


**José Carlos Paniago**

as acomodações eram em uma barraca de quartel), adicionais de periculosidade, insalubridade e salário digno pelo exercício da função.

No desempenho das funções as dificuldades eram muitas. Faltava material básico de trabalho como caneta e carbono, que era substituído pelo GQTE – Guia de Quitação de Tributos Estaduais, um papel moeda com cinco vias. Caso não ficasse legível a última via do documento, o valor era descontado do vencimento do servidor responsável.

A partir da unificação das categorias de Agente de Fiscalização Tributária e Exator, e conseqüentemente a extinção da AAFISTRISUL, os colegas conquistaram uma remuneração digna.



## Associação dos Exatores de Mato Grosso do Sul - AEMS

Diretora-Presidente - **Marly Eulina Brandão de Souza**  
(Gestão 1980 a 1981)

Diretor-Presidente - **Leopoldo Marques Ney**  
(Gestão 1982 a 1983)

Diretor-Presidente - **João Bosco de Figueiredo Costa**  
(Gestão 1983 a 1984)

**CONSELHO DELIBERATIVO**  
**Robercy Victório da Silva**

No ano de 1980 foi fundada a **AEMS** - Associação dos Exatores de Mato Grosso do Sul, inicialmente com cerca de 29 membros.

A primeira presidente da **AEMS** foi Marly Eulina Brandão de Souza, que ficou à frente da entidade de 1980 a 1981. Em seguida, assumiu Leopoldo Marques Ney, na gestão de 1982 a 1983. E, por fim, João Bosco de Figueiredo Costa presidiu a associação de 1983 a 1984.

Com o passar dos anos, a associação foi crescendo e outros colegas se engajaram na construção do novo espaço. Após João Bosco ter conhecimento da possibilidade de utilizar recursos do fundo perdido do Estado, foi adquirido o terreno, o mesmo onde atualmente está sede do **SINDIFISCAL/MS**. Com a união de esforços, em seis meses a **AEMS** estava construída.

Durante o processo de fundação da associação em Campo Grande, a presidente Marly contou com a experiência adquirida em Mato Grosso, trazendo de lá normas e estatutos que só precisariam serem adaptados à realidade da **AEMS**, extinta após a sua junção com a **AAFISTRISUL**.



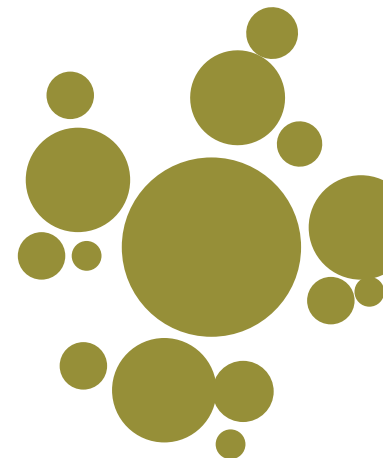
**Marly Eulina Brandão de Souza**



**João Bosco de Figueiredo Costa**



**Leopoldo Marques Ney**



## Lei de criação do cargo de Agente de Fiscalização Tributária - AFTE

O cargo de Agente de Fiscalização Tributária - AFTE foi criado pela Lei nº 200, de 22 de dezembro de 1980.

Em 3 de dezembro de 1984, por meio da Lei nº 491, criou-se a nova categoria funcional de Agente Tributário Estadual, que absorveu os cargos e funções dos Exatores e Agentes de Fiscalização Tributária, extintos pela inclusão destes na categoria.



## Associação dos Agentes Tributários Estaduais - AATE

Diretor-Presidente - **Robercy Victório da Silva**  
 Secretário - **Laucídio de Castro Ribeiro**  
 Tesoureiro - **Hilton Neves Bonfim**

Em 1984, a junção da Associação dos Agentes de Fiscalização Tributária do Mato Grosso do Sul - **AAFISTRISUL** com a Associação dos Exatores de Mato Grosso do Sul - **AEMS** deu origem à Associação dos Agentes Tributários Estaduais - **AATE**, que teve como primeiro presidente Robercy Victório da Silva, que se manteve à frente da entidade por três gestões, no período de 1984 a 1988.

Em 13 de maio de 1989, assume a direção da entidade os colegas eleitos pela Chapa União, comandada por Laucídio de Castro Ribeiro, que ficou à frente da **AATE** até setembro do mesmo ano, quando saiu do cargo por deliberação da Assembleia Geral que transformou a associação em sindicato.

A junção se deu a partir da necessidade de encontrar uma solução para melhorar o salário dos Agentes Tributários. Como não havia sede, com a junção passaram a utilizar o imóvel da **AEMS**, que é atualmente a sede do **SINDIFISCAL/MS**.

Nos fundos da associação (no local onde se encontra a sede do sindicato) foi instalada uma área de lazer com cantina, administrada pela colega Suzana Bambokian e sua família, além de sauna e mesa de sinuca. No local os associados se encontravam nos finais de tarde.

Suzana Bambokian foi uma das grandes aliadas na arrecadação de recursos para a associação. Além de sua colaboração voluntária nas ações de caráter social, promovia visitas mensais às delegacias sindicais e auxiliava na realização de churrascos e



Robercy Victório da Silva



Laucídio de Castro Ribeiro



bingos para angariar recursos para custear as confraternizações.

Em virtude da falta de recursos da associação, carteiras de couro, sacolas e agasalhos eram vendidos aos associados para arrecadar recursos financeiros visando ajudar os colegas que vinham do interior para tratamento de saúde na Capital.

Tempos depois, o presidente da **AATE** Robercy Victório promoveu rifa e com o dinheiro arrecadado adquiriu uma área na qual atualmente está instalado o Clube de Campo do **SINDI-FISCAL/MS** "Rosevelt Paes de Campos".

Posteriormente, Robercy comprou um lote localizado ao fundo da associação, onde foi construído o Hotel de Trânsito, administrado voluntariamente durante cinco anos por Suzana Bambokian e sua família.

Diretor Presidente: **Lauçídio de Castro Ribeiro**

Vice-Presidente: **Edison Spindola Barbosa**

1º Secretário: **José Carlos Gomes**

2º Secretário: **Deuslino de Camargo Dias**

1º Tesoureiro: **Robercy Victorio da Silva**

2ª Tesoureira: **Maria de Fátima Oliveira Guilherme**



**Suzana Bambokian foi uma das primeiras filiadas a AATE**



## PROMULGAÇÃO DA NOVA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal. Em seu artigo 8º foi permitida a sindicalização dos servidores públicos, conforme íntegra a seguir:

É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

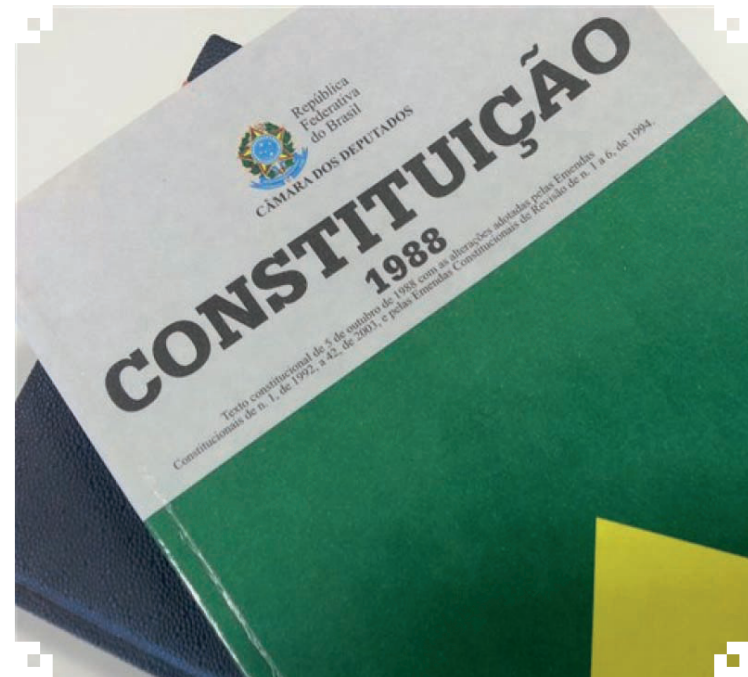
IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a



partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

## *Assembleia Geral da AATE e criação do Sindicato dos Agentes Tributários do Estado de MS - SINDATE*



No dia 30 de setembro de 1989, a Associação dos Agentes Tributários Estaduais - **AATE** se transformou oficialmente em sindicato, em Assembleia Geral realizada na Câmara Municipal de Campo Grande. Além da deliberação para a criação do Sindate foi escolhida a composição da nova Diretoria Executiva.

Em 1987 o Brasil já estava na discussão da Constituinte de 1988. O país estava em ebulição, saindo da ditadura, e os

brasileiros naquele clima de retomada de direitos e liberdade, do fim da opressão da ditadura.

Por fim, em 1988 a nova Constituição foi promulgada e, assim, autorizado o funcionalismo público a se organizar em sindicatos, o que até então era proibido.

Segundo relatos, a transformação da associação em sindicato foi por aclamação, mas mesmo assim alguns colegas achavam que deveria ser mantida a associação, e não

*ser criado um sindicato.*

*Muitos acreditavam que a associação deixava a desejar quanto à representatividade da categoria, pois entendiam que estava com uma visão ultrapassada e que a forma de gestão não correspondia aos anseios dos associados.*

*Com a chegada dos aprovados no concurso de 1985, os quadros da Secretaria de Estado de Fazenda tiveram uma grande renovação. Um concurso que tinha como previsão nomear em torno de 130 ATEs acabou por convocar quase oitocentas concursados.*

*Um dos maiores embates quanto à transformação da associação em sindicato ocorreu por parte de colegas e dirigentes da antiga associação, que diziam ser a medida absurda e que o governo poderia intervir nos sindicatos e tomar o seu patrimônio, argumento que para muitos era equivocados.*

*Sob um clima de tensão, e para que não houvesse grande cisão ou traumas, a conciliação foi estabelecida por meio da escolha democrática, pela maioria, de uma diretoria provisória.*

*Em relação à nomenclatura da entidade, esta foi alterada de associação para sindicato dentro da legalidade, ocorrendo a transposição de todo o quadro de filiados da associação para o sindicato, quando então teve início um trabalho de disseminação da cultura sindical.*

*Uma dos aspectos que uniu a categoria no processo de criação do sindicato foi a necessidade de se construir uma entidade efetivamente representativa, respaldada em lei e com a preservação dos direitos de seus dirigentes para que estes fossem mais incisivos perante o governo, que fizessem reivindicações com mais firmeza, mas sem possibilidade de retaliação.*





## 1ª DIRETORIA – GESTÃO 1989 A 1991

Diretor-Presidente - **Joarce da Silva Camargo**

1º Vice-Diretor Presidente - **Elmio Leal Garcia**

2º Vice-Diretor Presidente - **Omar Joan Hubner**

1º Secretário - **Amarildo Valdo da Cruz**

2º Secretário - **José Carlos Gomes**

3º Secretário - **Antonio Norberto de Almeida Couto**

1º Tesoureiro - **Carlos Eduardo Martins de Araújo**

2ª Tesoureira - **Eva Padilha de Azevedo**

3ª Tesoureira - **Bernadete Chezini Barreto**

A primeira Diretoria Executiva permaneceu à frente do sindicato de 1989 a 1991. Os membros foram escolhidos durante a Assembleia Geral de transformação de associação em sindicato. Foi escolhido presidente do Sindate Joarce da Silva Camargo (falecido), que após grande pressão renunciou ao cargo.

Ele foi substituído por Elmio Leal Garcia, que posteriormente também renunciou. Na sequência assumiu Omar Joan Hubner, que ficou até o final do mandato.

Elmio Leal Garcia nasceu em Paranaíba, região leste de Mato Grosso do Sul, e ingressou na carreira do Fisco no primeiro concurso público, no ano de 1981.

“Uma das conquistas da nossa gestão, principalmente com a participação do Carlos Eduardo Martins, foi o início da implantação das delegacias sindicais. Construímos a sede em Três Lagoas, depois em Paranaíba. Acredito que montamos cerca de dez delegacias no Estado”, recorda Elmio Leal Garcia.

Nessa época as condições de trabalho já começavam a melhorar, até mesmo pela evolução tecnológica. Antigamente eram



**Joarce da Silva Camargo**



**Omar Joan Hubner**



**Elmio Leal Garcia**

utilizadas notinhas azuis, de preenchimento manual ou na máquina de datilografia.

“A nota era emitida, cobrávamos o Documento de Arrecadação



*e recebíamos através de dinheiro ou cheque. Depois era necessário prestar contas junto ao banco. Eram de trinta a cem notas por dia e ficávamos o dia inteiro datilografando”, explicou.*

*“Nosso salário melhorou muito depois da criação do sindicato. Ganhamos força e estou muito satisfeito com a atuação do sindicato hoje”, finalizou.*



O ano de 1989 foi marcado por grande tensão política. O governador à época era Marcelo Miranda, que deixou o cargo com a governadoria tomada por servidores e com quase cinco folhas de pagamento atrasadas.

Nesse período a categoria fez três greves. Uma das paralisações mais longas, que durou dezenove dias, foi realizada no Posto Fiscal XV de Novembro, um dos maiores do Estado.

“A pressão era muito forte e o Joarce, que tinha problemas de saúde, renunciou. O Elmio assumiu e acabou sendo um presidente por um acaso, pois não imaginávamos que o Joarce renunciaria. O Elmio também se sentiu pressionado e renunciou, vindo a assumir o Omar Joan Hubner, que foi até o término do mandato”, relatou Amarildo Cruz.

Omar Joan Hubner nasceu na cidade de Três de Maio (RS) e ingressou na carreira do Fisco no ano de 1981.

Em 1989, após a criação do sindicato, Omar era o 2º vice-diretor presidente da primeira Diretoria Executiva e assumiu a presidência do Sindate após a renúncia de Elmio Leal Garcia. Segundo Omar, no início não haviam delegacias sindicais e foram criadas 10 em sua gestão.

“No início era tudo muito difícil, não tínhamos infraestrutura. Na mesma época, regularizamos em cartório o clube de campo Rosevelt Paes de Campos e a sede do Sindate”, ressaltou Omar.

Omar relembra que na época não havia um curso preparatório para o desempenho das funções de Agente Tributário, de fiscalização de mercadoria em trânsito e para o trabalho desenvolvido nas Agenfas. Foi então, que na gestão de Omar foi contratado um professor e foi realizado o primeiro curso de técnica de fiscalização que a Secretaria de Fazenda teve no Estado, que contou com a participação de 320 colegas, em Campo Grande.

Do concurso de 1985 assumiram aproximadamente 1.100 Agentes Tributários.

Em sua gestão, Omar e o Dr. João José, advogado do sindicato, foram à Brasília e deram entrada em uma Ação Indireta de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para barrar o “trem da alegria”.

“Enfrentamos várias batalhas. O Agente Tributário no desempenho de seu trabalho diário não tinha uma valorização profissional. No ano de 1992, na época do então governador do Estado Pedro Pedrossian, lutamos junto com a Secretaria de Fazenda e foi a primeira vez que vi a valorização do servidor, com a criação de um sistema de planilhamento, um serviço diferenciado onde o colega lavrava até Termo para inscrever o contribuinte na dívida ativa”, enfatizou Omar.

Com o intuito de otimizar o trabalho da categoria e a arrecadação do Estado, na gestão de Omar junto ao governador Pedro Pedrossian, foi lançada uma campanha de emissão de nota fiscal no Estado com brindes, onde se demonstrava ao contribuinte, por meio de um quadro, os benefícios da nota fiscal.

Na gestão de Omar foi idealizado o colete e a carteira funcional de couro utilizado até hoje pelo Fiscais Tributários. Foi também, a primeira vez que se elaborou um projeto de Plano de Cargos e Carreiras para os FTEs.

Com a novidade do sindicalismo, Omar começou a realizar reuniões pelo interior, com o objetivo de trabalhar as bases.

O Fundo Mútuo, que já fazia parte do Estatuto do sindicato, foi colocado em prática, assim como foi dado início ao informativo do Sindate.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela categoria naquela época, era o atraso de salário, que culminou na maior greve da história dos ATEs no final do governo de Marcelo Miranda, e teve a adesão de 95% dos colegas. Foram paralisadas as Agenfas e Postos Fiscais. Com a mobilização, a categoria conseguiu elevar de duzentas para oitocentas as cotas da produtividade, o que logo em seguida foi incorporado pelo governador, em sua totalidade ao salário dos FTEs.

Omar recorda com orgulho, que em sua gestão foi realizado no ano de 1991, na cidade de Maracaju, o único torneio estadual de futebol de salão por regiões e por delegacia sindical. A final do campeonato foi uma das maiores confraternizações que a categoria já teve e reuniu à época aproximadamente mil pessoas de todo o Estado.



# 1ª DIRETORIA ELEITA – GESTÃO 1991 A 1993



Diretor-Presidente - **Amarildo Valdo da Cruz**  
 1º Vice-Diretor Presidente - **José Carlos de Souza**  
 2º Vice-Diretor Presidente - **Antônio Diogo Garcia de Souza**  
 Diretora-Executiva - **Fátima Doracy Ferreira Prado**  
 1º Vice-Diretor Executivo - **Jorge Alves Mendonça**  
 2ª Vice-Diretora Executiva - **Regina Celi Volpato**  
 Diretor-Financeiro - **Rosevelt Paes de Campos**  
 1º Vice-Diretor Financeiro - **Fernando Dias da Silva**  
 2ª Vice-Diretora Financeira - **Lazara Maria Lourdes Gonçalves**  
 Diretora-Administrativa - **Nawalle Spinola Coury**  
 1º Vice-Diretor Administrativo - **André Luiz de Souza**  
 2º Vice-Diretor Administrativo - **Antônio Ramão de Oliveira**

**Amarildo Valdo da Cruz** nasceu em Presidente Epitácio (SP) e ingressou na carreira do Fisco aos 18 anos, tendo sido aprovado no concurso público da Secretaria de Estado de Fazenda no ano de 1981. Foi o quarto presidente do sindicato, mas foi o primeiro eleito.

"O sindicato para mim foi uma escola de vida, e eu só sou deputado estadual hoje porque passei pelo Sindate. Construí uma carreira profissional e política. Atuei como secretário de Estado, presidente de empresa estatal, superintendente e estou no terceiro mandato parlamentar. Devo muito isso à minha categoria, que me deu essa oportunidade", ressaltou Amarildo.

Enquanto deputado estadual, Amarildo destacou três transformações importantes conquistadas pela categoria desde a criação do sindicato: curso superior para ingresso na carreira, Constituição do Crédito Tributário e mudança do nome da categoria, esta última no ano de 2015.

No ano de 1999 Zeca do PT foi eleito governador do Estado, enquanto Amarildo estava em um embate com o secretário de Fazenda para a aprovação de três leis em benefício da categoria. Uma lei que criava a Carreira do Fisco, outra a Constituição do Crédito Tributário e a exigência de nível superior para ingresso na carreira.



**Amarildo Valdo da Cruz**

Após uma negociação com o sindicato, época em que Fátima Doracy Ferreira Prado era presidente da entidade, o então governador Zeca aprovou as três leis. Duas estão em vigor: a Constituição do Crédito Tributário e a exigência de nível superior. A lei de criação da Carreira do Fisco foi enviada para o Supremo Tribunal Federal e declarada inconstitucional.



# 2ª DIRETORIA ELEITA – GESTÃO 1993 A 1995





Diretor-Presidente - **Rosevelt Paes de Campos**  
(que falece assumindo a presidência Ebenezer).  
1º Vice-Diretor Presidente - **Setembrino Farias de Lima**  
2º Vice-Diretor Presidente - **Ebenezer Ximenes de Melo**  
Diretor-Executivo - **Saulo de Oliveira Martins**  
1º Vice-Diretor Executivo - **Marco Aurélio Cavalheiro Garcia**  
2º Vice-Diretor Executivo - **João Henrique Rodrigues Andreus**  
Diretora-Financeira - **Nawalle Spinola Coury**  
1º Vice-Diretor Financeiro - **Josemar dos Santos Holsbach**  
2º Vice-Diretor Financeiro - **José Eduardo Rodrigues Mauro**  
Diretor-Administrativo - **João Maria Garcia Filho**  
1º Vice-Diretor Administrativo - **Deuslino de Camargo Dias**  
2º Vice-Diretor Administrativo - **Horcides Dalcin Cavalcante**

**Rosevelt Paes de Campos** nasceu na cidade de Cáceres (MT) e ingressou na carreira do Fisco no concurso público de 1985. Após oito meses de mandato como diretor-presidente, Roosevelt faleceu, em agosto de 1993, em acidente de carro próximo a Dourados, durante uma viagem para participar de reuniões nas delegacias sindicais do interior. Após sua morte, assumiu a presidência Ebenezer Ximenes de Mello.

O jovem Roosevelt era conhecido entre os colegas como pessoa generosa, admirado pelos colegas por sua destreza no desenvolvimento dos trabalhos.

Juntamente com Gladiston Riekstins de Amorin, Carlos Paschoal Campos Mello, Carlos Lopes dos Santos, Saulo de Oliveira Martins e Nawalle Spinola Coury, Roosevelt organizou o primeiro Estatuto do sindicato, as ordens de serviço e as circulares. Todas as normas internas do Sindate foram iniciada por Roosevelt.

Ebenezer nasceu na cidade sul-mato-grossense de Glória de Dourados e ingressou na carreira do Fisco em 1977. No início de sua gestão, contou com o apoio dos colegas na condução dos trabalhos e investiu em uma gestão participativa com reuniões objetivando mobilizar a categoria.



**Rosevelt Paes de Campos**



**Ebenezer Ximenes de Melo**



*“Nos identificávamos mais com a linha de esquerda por defender a justiça e as políticas sociais, mas não por defender um partido político. Nosso partido político sempre foi nossa categoria. Nos transformamos em um sindicato mais combativo e respeitado”.*

*“Sempre lutamos pela defesa da nossa categoria, independente de quem estivesse no poder. É lógico que você vai procurar lideranças políticas que te dêem apoio. Na época recorremos a muitos políticos, tanto de direita como de esquerda”, explicou Ebenezer.*

*Uma das maiores dificuldades enfrentadas na gestão foi a oposição de colegas que ainda seguiam a mesma linha da associação. Havia muita crítica em relação a diretoria pela atuação incisiva ante ao governo na busca de direitos legais, sem o*

*comprometimento político com governo algum.*

*A gestão mantinha uma relação mais próxima com o governo do Zeca do PT, pois sua equipe de transição era formada por grande parte da categoria.*

*Ebenezer justificou que o posicionamento adotado pela diretoria não significava preferência partidária, mas sim uma visão política de atuação sindical com embasamento e transparência nas reivindicações.*

*“Hoje, a atual diretoria executiva do sindicato está realizando um ótimo trabalho, com o Marco Aurélio e toda a equipe de diretores, trabalhando pela união e fortalecimento da categoria, aglutinado e bem conduzido politicamente”, finalizou Ebenezer.*





# 3ª DIRETORIA ELEITA – GESTÃO 1995 A 1997



*José Carlos Gomide de Souza*



Diretor-Presidente - **José Carlos Gomide de Souza**

1º Vice-Diretor Presidente - **Gladiston Riekstins de Amorim**

2º Vice-Diretor Presidente - **Joaquim Manuel G. Cardoso**

Diretor-Secretário - **Saulo de Oliveira Martins**

1º Vice-Diretor Secretário - **Deuslino de Camargo Dias**

2º Vice-Diretor Secretário - **João Henrique Rodrigues Andreus**

Diretor-Financeiro - **Carlos Lopes dos Santos**

1º Vice-Diretor Financeiro - **Samuel Carvalho do Nascimento**

2º Vice-Diretor Financeiro - **Waldir Marques Dauzacker**

Diretora-Administrativa - **Lucília Santiago Chaves**

1º Vice-Diretor Administrativo - **Carlos Paschoal C. Mello**

2º Vice-Diretor Administrativo - **Manoel Benedito Gomes**

**José Carlos Gomide de Souza** nasceu na cidade do Rio de Janeiro e veio a Campo Grande no ano 1985, onde prestou o concurso da Secretaria de Fazenda, sendo aprovado e nomeado para o cargo de Agente Tributário Estadual.

Após sua posse, foi designado para exercer as funções no interior do Estado, na cidade de Naviraí. A adaptação foi sua maior dificuldade no início do seu trabalho. No interior, começou a participar de reuniões da associação, onde com um grupo de colegas elaborava sugestões que após aprovadas eram encaminhadas pelos representantes da associação às reuniões do Conselho na Capital.

Com sua transferência para Campo Grande, participou ativamente da luta pela extinção da associação e pela criação do Sindate. Com a consolidação da criação do sindicato, participou de várias lutas em prol da categoria e muitos embates que os levaram, muitas vezes, à greve.

José Gomide foi o primeiro diretor-presidente do Fundo Mútuo do **Sindate** e participou da criação de uma linha de crédito para os filiados, indenização por morte e um consórcio para obtenção de veículos. Ficou à frente do Fundo Mútuo por cinco anos, até ser convidado por um grupo de colegas a concorrer às eleições do sindicato ao cargo de diretor-presidente.

Foi eleito e buscou dar sua contribuição para o engrandecimento da categoria. José Gomide acredita que apesar dos muitos avanços, ainda há muito por fazer e que a missão é árdua e contínua na busca de melhorias para a categoria.

Durante a gestão de José Carlos Gomide de Souza foi realizado um trabalho de pesquisa sobre o potencial de arrecadação de impostos estaduais que teve importantes e positivos resultados ao erário.

A pesquisa, liderada por Carlos Paschoal Campos Mello e Gladiston Riekstins de Amorim, levava em consideração diversos indicativos econômicos, como o consumo de energia elétrica pelo setor produtivo, consumo de matéria-prima e embalagens, dentre outros.

Mediante a análise acurada da variação desses indicativos, chegou-se à conclusão de que a arrecadação de impostos do Estado de Mato Grosso do Sul estava bem abaixo do seu efetivo potencial, revelando uma possibilidade de crescimento em mais de 30% dos valores auferidos à época pela máquina arrecadatória se adotadas as medidas sugeridas no bojo do trabalho.

A ampla repercussão da pesquisa na imprensa, nos meios políticos, econômicos e até mesmo internamente na Secretaria de Finanças, Orçamento e Planejamento (nome da Secretaria de Estado de Fazenda à época), provocou inúmeros debates acerca do tema, levando a direção da **SEFOP** a acatar algumas sugestões apresentadas pelo **Sindate**.

A principal medida adotada pela Administração Tributária foi a criação da Coordenadoria de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito – **COFIMT**, órgão que até os dias atuais responde pela ações fiscalizatórias de mercadorias que transitam pelo território de Mato Grosso do Sul, onde se concluiu a eficácia das medidas propostas.

Diante do crescimento da arrecadação do ICMS em decorrência da adoção de medidas sugeridas pelo **Sindate**, a instituição deixava para trás uma política meramente corporativa e passava a um novo patamar, oferecendo alternativas para incrementar as finanças estaduais, com possibilidades de melhorias à toda população.

# 4ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 1997 A 1999



Diretor-Presidente - **Antonio Augusto de Assis Berriel Junior**  
 1º Vice-Diretor Presidente - **Márcio Lourenço Antunes da Silva**  
 2º Vice-Diretor Presidente - **Jaime Clementino de Aguiar**  
 Secretário-Geral - **Luiz Pércles Ocariz de Moraes**  
 1º Vice-Secretário Geral - **Wanderlei Domingos dos Santos**  
 2º Vice-Secretário Geral - **Joaquim Manuel Gonçalves Cardoso**  
 Diretora-Financeira - **Ângela Manzano**  
 1º Vice-Diretora Financeira - **Antonio da Cruz Pelegrini**  
 2º Vice-Diretora Financeira - **Dilson Castro Rosa**  
 Diretor-Administrativo - **Cleo Moreira de Brum**  
 1º Vice-Diretor Administrativo - **Mario Cesar Linhares Marques**  
 2º Vice-Diretor Administrativo - **Sérgio Choji Yamada**

**Antonio Augusto de Assis Berriel Junior** nasceu em Aracatuba (SP). Ainda muito jovem foi para a cidade de Marília, onde se formou em Direito. Às vésperas de sua formatura veio para Campo Grande, no ano de 1984, quando prestou concurso para a Secretaria de Estado Fazenda, sendo aprovado e nomeado para o cargo de Agente Tributário Estadual no dia 3 de março de 1986.

Berriel relata que os plantões eram intensos, devido ao grande fluxo de veículos. Já naquela época o Posto Fiscal de Porto XV, com relação ao trânsito de veículos, era o principal Posto Fiscal do Estado e ele, assim como os demais jovens que haviam ingressado recentemente na profissão, estava muito empenhados e empolgado com o novo trabalho.

Quando iniciou a carreira a atual Constituição ainda não estava vigente e ainda era o imposto antigo, o ICM. Com a Carta de 1988 houve uma grande mudança no trabalho dos agentes e nas regras trabalhistas e sindicais, quando foi estabelecida a possibilidade de os servidores públicos se organizarem em sindicatos.

De acordo com Berriel, na época a remuneração da categoria era muito baixa. Após enfrentar vários planos (Plano Collor,



**Antonio Augusto de Assis Berriel Junior**

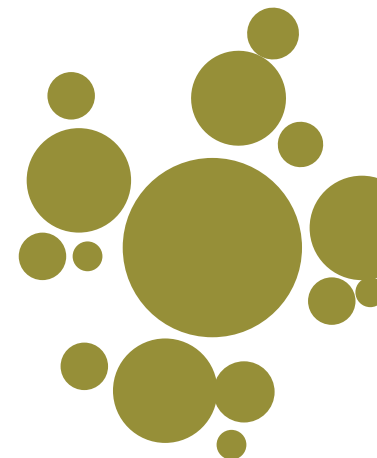
Plano Cruzado e Plano Verão), o salário continuava defasado e os servidores passavam por muitas dificuldades.

Mesmo com dificuldade o sindicato começou a trabalhar pela melhoria salarial. Os governantes não eram acostumados com a organização sindical e tudo era movido pela política. Por conta disso, os representantes sindicais era tratados como oposição.

“Quando vim para a Capital, comecei a participar das reuniões do sindicato e aquilo me encantava. Pensava que aquela união poderia realmente trazer frutos, pois somos uma categoria forte. Um colega disse uma vez, e eu repeti isso por várias vezes, que nós estamos sentados em cima do cofre do Estado. Nossa função é muito importante, mas falta valorização”, lembra Berriel.

Em setembro de 1996, a diretoria do **Sindate** analisou um estudo que apontava o seguinte: o salário de um Agente Tributário na época equivalia ao mesmo valor que um Fiscal de Rendias do Estado do Mato Grosso pagava de imposto de renda.

Em 1997, em sua segunda candidatura, Berriel ganhou a



eleição para presidência do sindicato.

*“Começamos a realizar um trabalho visando agregar a categoria. Como havia a questão política partidária no sindicato, criaram-se dois grupos, um bloco radical de direita e outro de esquerda. Nossa intenção era unificar esses grupos”, explicou Berriel.*

*Com o desafio de dissolver a oposição dentro da própria categoria, foram dois anos de mandato nos quais a principal batalha foi contra as reformas administrativas do governo Fernando Henrique Cardoso.*

*As Emendas 19 e 20 retiraram direitos dos trabalhadores, como o fim das licenças especiais, nova metodologia de incidência do adicional e a redução no percentual de férias. Várias perdas ocorreram durante o governo de Fernando Henrique na reforma administrativa. Algumas conquistas a diretoria conseguiu manter, como a Carreira Típica Exclusiva de Estado.*

*Através de um trabalho de pressão, a diretoria monitorou determinados setores da atividade econômica do Estado. Dessa forma, conseguiu mostrar a eficiência e o merecimento da categoria para se ter uma lei salarial justa, com gratificações incorporadas na remuneração, regidas por decreto.*

*“Saímos de um salário fixo de R\$ 100,00 e saltamos para R\$ 2.800,00 na época e mais 25% de produtividade fiscal, a primeira incorporação regida por lei, que nos deu a segurança no nosso salário. Essa foi sem dúvida a maior conquista na remuneração da categoria”, comemora o ex-diretor-presidente.*

*Em sua gestão foram realizadas reformas na sede do sindicato e nas instalações do clube de campo: lago, piscina e campo de futebol.*

*“A última conquista no ano de 2015, da mudança da nomenclatura do cargo de Agente Tributário Estadual para Fiscal Tributário Estadual demonstrou mais uma vez a competência do sindicato. Hoje nossa categoria é respeitada no Estado. A sociedade conseguiu entender a necessidade de se ter um Fisco forte, aparelhado e eficiente”.*

*“Gostaria de parabenizar o Marco Aurélio pela iniciativa desse trabalho que vem resgatar a história de lutas e conquistas da categoria através do sindicato. Além de gratificante, é algo necessário. É uma singela homenagem a tantas coisas que aconteceram e a tantos colegas que passaram pelo sindicato e a tantos outros que deram a vida pela entidade”, finalizou Berriel.*







# 5ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 1999 A 2001



Diretora-Presidente - **Fátima Doracy Ferreira Prado**  
 1º Vice-Diretor Presidente - **Paulo Sérgio Monteiro Ferreira**  
 2º Vice-Diretor Presidente - **Pedro Ojeda Júnior**  
 Diretora-Secretária - **Nawalle Spinola Coury**  
 1º Vice-Diretor Secretário - **Marivaldo da Costa Ribeiro**  
 2º Vice-Diretor Secretário - **José de Alencar Santelli**  
 Diretor-Financeiro - **Ebenezer Ximenes de Melo**  
 1º Vice-Diretor Financeiro - **Periperes Rodrigues do Prado**  
 2º Vice-Diretor Financeiro - **José Ayres Cafure**  
 Diretor-Administrativo - **Edmundo da Costa Neto**  
 1º Vice-Diretor Administrativo - **Silvio Carlos Vidal**  
 2ª Vice-Diretora Administrativa - **Yvelise Otilia Ruas**

**Fátima Doracy Ferreira Prado** é natural de Ponta Porã (MS) e ingressou na carreira do Fisco em julho de 1985, juntamente com mais 132 colegas da primeira turma de concursados para o cargo de Agente Tributário Estadual.

De acordo com Fátima, no início da carreira os novos servidores sentiam-se frustrados com o trabalho, pois a Secretaria de Estado de Fazenda exigia menos do que a capacidade que o servidor poderia desempenhar.

Então, Fátima percebeu a necessidade de a categoria lutar pela construção de uma carreira na qual os ATEs fossem melhor aproveitados e valorizados.

“Eu e outros colegas já começávamos a nos preparar para outro concurso quando surgiu uma nova esperança, ou seja, a possibilidade de criarmos o sindicato e assim lutarmos pela Secretaria que sonhávamos”, contou Fátima.

A partir daí começou o árduo trabalho do sindicato, que mesmo em um ambiente político extremamente autoritário e hostil, com a mídia e legislativo subservientes, ainda assim ocorreram três greves com resultados positivos.

Foi assim que a categoria começou a adquirir o respeito e reconhecimento da sociedade, como uma entidade de lutas,



**Fátima Doracy Ferreira Prado**

não apenas pela melhoria de condições de trabalho e melhor estruturação da carreira, mas também por um Fisco mais eficiente, humano e voltado aos interesses da sociedade.

As propostas de trabalho de Fátima para concorrer às eleições do sindicato foram marcadas pela ousadia. Dentre elas, a exigência de nível de escolaridade superior para ingresso na carreira, incorporação da produtividade existente, criação de nova produtividade e alteração do art. 219 da Lei n. 1810, de 1997, que estabelece competência legal e plena aos ATEs. De todos os itens propostos, só não foi conquistada a carreira única.

A composição da equipe de Fátima foi feita conforme o perfil de cada um para formar um conjunto que pudesse trazer eficiência na condução dos trabalhos do sindicato. Inclusive com a participação de dois homens e duas mulheres, por considerar importante a presença de dois gêneros na direção, devido às características diferentes e que se somam positivamente na gestão da entidade.

Fátima considera que em seu mandato foi possível colocar



em prática todo o aprendizado adquirido anteriormente. “Tínhamos na diretoria sindical um grupo maduro, com capacidade técnica e política, comprometido com as principais reivindicações históricas dos ATEs. Uma categoria participativa e consciente da importância do momento”, ressaltou a ex-presidente.

A partir de uma conscientização da categoria e de um trabalho incansável da diretoria, delegados sindicais e colegas, foi realizada uma mobilização na Assembleia Legislativa com deliberação de greve geral, quando então a categoria fez com que o secretário de Fazenda à época encaminhasse as propostas que deram origem às Leis 2.143 e 2.144, ambas de 2000.

“Fátima nunca teve militância política partidária, mas sempre foi ativa nas ações da sociedade. Ela entendeu que podíamos mudar a legislação maior do Estado para favorecer nosso ingresso na categoria com nível superior e que teríamos que convencer o governador a nos dar um decreto que nos concedesse essa

conquista”, relatou Ebenezer Ximenes de Mello.

Após anos de luta, as duas principais reivindicações da categoria – a exigência de nível de escolaridade superior para ingresso na carreira e alteração do art. 219 inciso II da Lei 1810, de 1997, que confere aos ATEs competência plena na fiscalização de mercadorias em trânsito, através das Leis n. 2.143 e n. 2.144, de 2000 – foram aprovadas por unanimidade na Assembleia Legislativa.

“Considero que a maior conquista do nosso mandato foi conseguirmos demonstrar e provar que não existem causas impossíveis, desde que acreditemos e lutemos por elas com união, coragem e determinação, trazendo como companheiros a razão e o coração”.

“Sinto-me profundamente grata e honrada por ter participado do nosso sindicato e ter conhecido, convivido e trabalhado com pessoas tão incríveis e especiais”, finalizou Fátima.





# 6ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 2001 A 2003



Diretor-Presidente - **Paulo Sérgio Monteiro Ferreira**  
 1ª Vice-Diretora Presidente - **Fátima Doracy Ferreira Prado**  
 2º Vice-Diretor Presidente - **Antônio Diogo Garcia de Souza**  
 Diretor-Executivo - **João Mesquita e Silva**  
 1º Vice-Diretor Executivo - **Euto Faria Lamblem**  
 2º Vice-Diretor Executivo - **Carlos Alberto Derzi**  
 Diretora-Financeira - **Viviane Tacca de Oliveira**  
 1º Vice-Diretor Financeiro - **Marivaldo Costa Ribeiro**  
 2º Vice-Diretor Financeiro - **Hélio Pereira Quirino**  
 Diretor-Administrativo - **José Roberto de Souza**  
 1º Vice-Diretor Administrativo - **Edmundo da Costa Neto**  
 2ª Vice-Diretora Administrativa - **Rosa Maria Domingues Volpato**

**Paulo Sérgio Monteiro Ferreira** nasceu em Campo Grande e no dia 13 de julho de 1987, data em que completou seus 21 anos, foi nomeado para o cargo de Agente Tributário Estadual.

No início de sua carreira, conforme Paulo Sérgio relata, a modernidade já estava chegando aos postos fiscais. O telex era o equipamento mais esperado da época, eram poucos os postos que possuíam o aparelho. A maioria dos postos fixos tinha rádio comunicador e rádio amador. Já os grandes postos, que na época eram o Porto XV, Jupιά, Itamarati, Ilha Grande e Sonora, tinham leitor de microficha, aparelho onde se visualizava o cadastro de contribuinte.

No restante dos postos o trabalho ainda era manual. As notas eram de papel e o servidor devia carimbar todos os documentos.

“Do ano de 2000 em diante houve uma mudança no patamar das funções e jornadas de trabalho. A escala de plantão, que na nossa época era dois por quatro, hoje é dois por oito. Antes trocávamos o plantão às 7h, porém mudamos para a meia-noite, pois assim havia transporte para voltarmos para casa”, lembra Paulo.

Outras grandes mudanças naquela época foram as estruturas dos postos fiscais e da Secretaria de Estado de Fazenda.



**Paulo Sérgio Monteiro Ferreira**

Quando Paulo iniciou seu trabalho no Posto Fiscal de Sonora, conheceu colegas que eram ligados ao movimento sindical. No final do ano de 1987, enquanto cumpria sua jornada de trabalho em um trailer na cidade de Coxim, Robercy Victório da Silva, que era presidente da Associação dos Agentes Tributários Estaduais - AATE, chegou ao local com a ficha de filiação, quando então ele se tornou membro da associação.

À convite de Otávio Gonçalves da Silva, Paulo Sérgio o substituiu por dois mandatos como delegado sindical de Sonora, de 1994 a 1995. A partir dessa experiência, começou a se envolver mais no movimento sindical e assim que deixou de ser delegado continuou a frequentar as reuniões do sindicato.

Em sua gestão como diretor-presidente, foi consolidada a criação da Caixa de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul - Unisaúde.

Outra conquista importante foi a aprovação da Lei n. 2.387, de 26 de dezembro de 2001, que fixava a remuneração dos cargos integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e

Fiscalização - TAF.

“Percebo que existem dois grupos no sindicato, o que é positivo. O importante é o diálogo entre os grupos e o debate de seus contrapontos. No início do sindicato era um único grupo. Primeiramente o grupo do ATEs do concurso de 1985, que em tese era adversário do pessoal mais antigo, da época da associação, que foram os colegas que formaram o sindicato. De maneira genérica, foi um processo complicado”, explicou Paulo Sérgio.

Então, os integrantes do grupo único dos ATEs do concurso do ano de 1985 foram cada um tomando seu caminho, se en-

raizando e formando lideranças. Como foi o caso do grupo dos aposentados dentro do sindicato, que por terem interesses diferentes fundaram a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização - AAPOSENTAF/MS.

“O Fisco tem sindicatos fortes na maioria dos Estados, mas alguns, como aqui em Mato Grosso do Sul, está dividido em dois grupos o que acaba dividindo as forças. Essa ainda é nossa luta, a carreira única é positiva para todos. Bom para o Estado e para as categorias. Acredito que estamos próximos dessa conquista. O processo é demorado, mas está sempre em evolução”.







# 7ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 2003 A 2005



Diretor-Presidente - **Farney Fanio Machado Frete**  
(cumpriu o mandato até o ano de 2004)

1º Vice-Diretor Presidente - **Antonio Independente de Oliveira**  
(finalizou a gestão de 2004 a 2005)

2º Vice-Diretor Presidente - **Márcio Vieira Barboza**

Secretário-Geral - **Luiz Péricles Oscariz de Moraes**

1º Vice-Secretário Geral - **Júlio Cezar Vieira Almeida**

2º Vice-Secretário Geral - **Mário César Linhares Marques**

Diretor-Financeiro - **João Maria Garcia Filho**

1º Vice-Diretor Financeiro - **Moisés Roberto da Silva**

2º Vice-Diretor Financeiro - **Sidney Aparecido de Souza**

Diretora-Administrativa - **Maria Esther Cestari**

1º Vice-Diretor Administrativo - **Orides Jeanete K. de Oliveira**

2ª Vice-Diretora Administrativa - **Maria Dete de S. O. Araújo**

**Farney Fanio Machado Frete** é natural de Presidente Epitácio (SP). Aos 18 anos ingressou na carreira do Fisco, no ano de 1981, sendo aprovado no c da SEFAZ para o cargo de Agente de Fiscalização Tributária - AFTE.

Farney aceitou concorrer às eleições para presidência do Sindate. Uma pesquisa revelou aceitação quanto à sua candidatura. A análise mostrou que a chapa de Farney ganharia por mínima vantagem dos seguintes possíveis candidatos: Fátima Doracy Ferreira Prado e Paulo Sérgio Monteiro Ferreira. Ele foi eleito, então, por uma margem de 15 votos.

"Talvez minha maior dificuldade tenha sido o fracionamento da categoria de Agentes Tributários em duas facções, ou seja, uma vertente política que preconizava a unificação de cargos (Fiscal de Rendas e Agente Tributário Estadual) e outra que primava pelo reconhecimento jurídico das atribuições inerentes ao cargo de ATE, no trânsito de mercadorias, além de identidade compatível com a função inerente", explicou Farney.

Farney revela que nunca foi sindicalista, mas que era simpaticante dos colegas que participavam ativamente das reivindi-



**Farney Fanio Machado Frete**



**Antonio Independente de Oliveira**



*cações funcionais da categoria. Ele não imaginava ser presidente da entidade, porém sempre teve participação efetiva no contexto da história, enquanto categoria funcional.*

*Contrário à unificação de cargos, Farney sempre se identificou com aqueles que buscavam o reconhecimento das atribuições exercidas pelos ATEs, face a busca pelo entendimento do Poder Executivo e Legislativo quanto à regulamentação das atribuições funcionais, selando uma identidade verdadeira aos Agentes Tributários.*

*“Vejo a categoria hoje livre de amarras, considerando que a questão remuneratória está ideal, devidamente atrelada ao subsídio do desembargador do Tribunal de Justiça, bem como resolvidos os pleitos inerentes as atribuições do cargo e identidade funcional”*

*Antonio Independente de Oliveira nasceu na cidade do Alto Paraguai, no Mato Grosso e ingressou na carreira do Fisco no ano de 1985. Antes de ser Agente Tributário, era funcionário da Eletrosul e relutava em mudar de emprego, pois para ele o cargo de ATE era uma categoria desconhecida. Foi quando ele decidiu vir para Mato Grosso do Sul assumir o cargo, decisão da qual diz não se arrepender.*

*“Sempre tive um espírito sindicalista. Com uma semana de trabalho no Estado enfrentei a primeira greve. Passávamos por dificuldades e como sou legalista aderi a greve por ser um direito nosso”, conta Independente.*

*Participou ativamente da mudança de associação para sindicato por acreditar que o Sindate teria um respaldo mais forte na garantia das reivindicações em favor da categoria.*

*Antonio concorreu às eleições do sindicato como vice-diretor presidente na chapa de Farney Fanio Machado Frete, sendo eleito. No decorrer do mandato, Farney renunciou após 1 ano de*

*gestão, quando então Independente assumiu, ficando à frente do sindicato de 2004 a 2005.*

*Durante a gestão foram conquistadas duas incorporações de produtividade, quando a categoria passou a ter um ganho real, com a incorporação de 30% de produtividade ao salário.*

*“No início recebíamos uma complementação bem abaixo do salário mínimo, então recebíamos a complementação e a produtividade para chegar a esse piso. Em nossa gestão tivemos um maior salto”, explicou.*

*Além das incorporações, a diretoria conquistou a alteração da Lei n. 2.387, de 26 de dezembro de 2001, que fixava a remuneração dos cargos integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF.*

*“Com essa alteração, houve a possibilidade de progressão funcional a cada dois anos e meio. Foi uma grande conquista. Já neste mandato, do Marco Aurélio, diminuiu para um ano e meio para progressão. Mas antes da mudança padecemos muito”, recorda o sindicalista.*

*A diretoria também foi responsável pela reforma das delegacias sindicais e pela compra do prédio da sede própria da delegacia de Três Lagoas.*

*“Nós aprofundamos também na idéia de transformar o nome de nossa categoria para Fiscal. Foi uma grande luta que se concretizou na atual gestão do sindicato. Era uma briga com os Fiscais de Renda, à época, que não aceitavam que sempre lançamos o crédito tributário”, ressaltou.*

*“Quero deixar um legado aos que estão chegando. Abracem a causa de um verdadeiro Fiscal Tributário e do sindicato para que estejamos sempre fortalecidos, preservando todas as conquistas de vinte e tantos anos de luta”.*

## 8ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 2005 A 2007

Diretor-Presidente - **Washington Ferreira de Moraes**  
1º Vice-Diretor Presidente - **João Marcos da Silva**  
2º Vice-Diretor Presidente - **Márcio Lourenço Antunes da Silva**  
Secretário-Geral - **Antonio Independente de Oliveira**  
1ª Secretária-Geral - **Marlene de Almeida**  
2º Secretário-Geral - **Denílson Sebastião Henrique**  
Diretor-Financeiro - **João Maria Garcia Filho**  
1º Diretor-Financeiro - **Airton de Araujo**  
2ª Diretora-Financeira - **Maria Joana Ramos Arruda**  
Diretora-Administrativa - **Ana Maria Peterlini Nomura**  
1º Diretor-Administrativo - **Lizon Leite Carrapateira**  
2º Diretor-Administrativo - **Paulo Katsuyuki Nomura**

**Washington Ferreira de Moraes** nasceu em São Paulo, Capital. Ingressou na carreira do Fisco aos 18 anos, quando foi nomeado para o cargo de Agente Tributário Estadual em agosto de 1985.

Como todo jovem, trazia em sua bagagem muitos sonhos e idéias. O início da carreira foi de grande união entre os agentes mais antigos e os novatos.

Para o sindicalista, a falta de investimento e manutenção nos Postos Fiscais sempre existiu, porém as realidades são diferentes devido à evolução do cargo.

“Com o passar do tempo, o sindicato foi evoluindo e cada presidente e delegado que passaram fizeram história. Cada um colocou seu tijolinho e por isso temos hoje um dos sindicatos mais fortes do Estado. Os colegas não tiveram medo, muitas vezes deixavam suas famílias para participar dos movimentos sindicais. Foi



**Washington Ferreira de Moraes**

uma construção bem direcionada”, destacou Washington.

Uma das motivações para que ele fosse candidato à presidência do sindicato foi o auto de infração. Washington venceu as eleições com a diferença de apenas um voto.

A categoria se mobilizou e realizou uma Assembleia Geral, uma das primeiras que deu quórum. Na ocasião, o decreto referente ao auto de infração foi apresentado aos filiados e, posteriormente, publicado, transformando-se em lei.

Na segunda eleição de Washington não houve concorrente, pois esta ocorreu de forma individualizada. Já em sua terceira eleição, foi candidato único.

Na avaliação de Washington, a categoria estava satisfeita.



No primeiro ano foi realizado um trabalho de aproximação junto ao governo, com o objetivo de demonstrar a capacidade dos ATEs e a responsabilidade com o compromisso de aumentar a arrecadação.

E foi isso o que aconteceu. Todos acreditaram no projeto e logo no ano seguinte a negociação da produtividade, com bons resultados financeiros para categoria. “Então fazíamos a nossa parte e o governo a dele. Com nosso esforço na arrecadação demos sustentabilidade financeira à administração estadual”, explicou Washington.

Segundo ele, antigamente os componentes da outra categoria do grupo TAF interferiam na escala de trabalho dos ATEs. Mas na gestão do governador André Puccinelli, os ATEs conquistaram independência e os coordenadores total autonomia. A maior luta continuava sendo a conquista do reconhecimento da categoria.

As três maiores conquistas durante as gestões de Washington foram o Auto de Infração no Trânsito, em 2006 – quando foi derrubada a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN contra o Decreto –, a independência dos ATEs quanto à outra categoria do Grupo TAF e a grade salarial.

Uma das últimas conquistas que conseguimos, a grade salarial, estava um sai, não sai. Falei para o governador: olha, eu não quero sair pela porta dos fundos, não. A grade saiu, após muitos embates na Assembleia Legislativa, mas se concretizou financeiramente na gestão do Marco Aurélio.

A experiência de vivenciar o que outros colegas enfrentaram trouxe para Washington nos oito anos e quatro meses de mandato na presidência o sindicato muito crescimento e aprendizado.

Para Washington, a mudança da nomenclatura do cargo foi uma grande conquista, não material, mas de valorização profissional. “Por vezes não é o dinheiro que vale, mas sim o emocional. Essa conquista se concretizou na gestão do Marco Aurélio, pois até esse direito os componentes da outra categoria tentaram, com afimco, impedir.

Porém, Marco Aurélio investiu e percorreu todo o Estado buscando o apoio da categoria, o que resultou em uma grande mobilização na Assembleia Legislativa”, enfatizou Washington.

Antigamente as Assembleias Gerais tinham como primeiro item de pauta o salário atrasado dos servidores. Hoje, a categoria recebe sua remuneração no primeiro dia do mês, outra conquista lembrada por Washington.

A categoria de hoje é fruto de grandes esforços do passado. “Para os novos fiscais tributários, vale ressaltar que o caminho trilhado para conquistarmos todos os direitos e benefícios para a categoria foi árduo. Para chegar onde estamos, muita gente perdeu noites de sono, deixou sua família, colocou até a vida em risco para mobilizar a categoria”, finalizou.





## 9ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 2008 A 2010

Nesta eleição as candidaturas foram de forma individualizadas. Somente para o cargo de Diretor-Administrativo e Financeiro teve concorrente a vaga.

Diretor-Presidente - **Washington Ferreira de Moraes**

Diretor-Secretário e de Comunicação - **Luiz Pércles Ocariz de Moraes**

Diretor-Administrativo e Financeiro - **João Maria Garcia Filho**

1º Vice-Diretor Administrativo - **Josceli Roberto Gomes Pereira**

Diretor de Formação Sindical, Social e de Aposentados - **Marco Aurélio Cavalheiro Garcia**





## 10ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 2011 A 2013

Diretor-Presidente - **Washington Ferreira de Moraes**  
Vice-Diretor Presidente - **João Marcos da Silva**  
Diretor-Secretário e de Comunicação - **João Bosco de F. Costa**  
Vice-Diretor Secretário e de Comunicação - **Cleber Coelho Bianchi**  
Diretor-Financeiro e Administrativo - **Luiz Péricles O. de Moraes**  
1º Vice-Diretor Financeiro e Administrativo - **Adermival F. de Melo**  
Diretora de Formação Sindical, Social e de Aposentados -  
**Dinorah Fernandes Neves**  
Vice-Diretora de Formação Sindical, Social e de Aposentados -  
**Orides Jeanete Kades de Oliveira**



## 11ª DIRETORIA ELEITA • GESTÃO 2013 A 2016



Diretor-Presidente - **Marco Aurélio Cavalheiro Garcia**  
 Vice-Diretor Presidente - **João Henrique R. Andreus**  
 Diretor-Secretário e de Comunicação- **Francisco Carlos de Assis**  
 Vice-Diretor Secretário e de Comunicação - **Wilson Alonso Costa**  
 Diretor-Administrativo e Financeiro - **Luiz Augusto Nunes Ferreira**  
 Vice-Diretor Administrativo e Financeiro - **Wilson Marcos Pereira**  
 Diretor de Formação Sindical, Social e de Aposentados (licenciado) - **João Bosco de Figueiredo Costa**  
 Diretor de Formação Sindical, Social e de Aposentados (interino) - **João Carlos Teles dos Santos**

Nascido em Campo Grande, **Marco Aurélio Cavalheiro Garcia** entrou no serviço público federal em 1980. Prestou concurso em 1985 para Agente Tributário Estadual, quando estava cedido pelo IBGE para a Prefeitura de Ponta Porã, onde ficou até tomar posse na Sefaz na região de Ponta Porã, que abrangia do município de Caracol até Coronel Sapucaia. As condições de trabalho eram, na maioria das unidades da regional, muito precárias.

“Quando ocorreu a assembleia para a transformação da Associação em Sindicato, toda a categoria foi convocada. Lotamos um ônibus em Ponta Porã para vir participar em Campo Grande. Recordo que a mobilização foi muito grande. O maior problema que tínhamos à época, pelo que me recordo, era a questão salarial. Além de nossa remuneração ser baixa, existia a corrosão do poder de compra de nosso salário por conta da inflação alta e o constante atraso nos pagamentos, mesmo após a criação do sindicato”, relembrou Marco Aurélio.

Marco Aurélio destaca que houve importantes momentos no decorrer dos 27 anos de existência do sindicato. Segundo ele, que foi graças ao trabalho realizado por todas as diretorias as quais



**Marco Aurélio Cavalheiro Garcia**

passaram pelo sindicato que a categoria amadureceu e se fortaleceu.

“Em muito avançamos, principalmente no que diz respeito a remuneração; ao reconhecimento da administração quanto a competência e capacidade técnica dos colegas que compõem a categoria dos FTEs; quanto a responsabilidade e comprometimento no desempenho das funções desempenhadas essencial para o desenvolvimento do Estado, dentre outras”, ressaltou o líder sindical.

“Graças a isso, inclusive, acabamos influenciando em grandes mudanças ocorridas na própria Secretaria de Fazenda. Isso se deu a partir do amadurecimento de todos quanto a conscientização da necessidade de mudança de conceitos e quebras de paradigmas no que diz respeito ao desenvolvimento e execução de nossas atribuições, com mais responsabilidade e profissionalismo, em todas as unidades em que componentes de nossa categoria atuam na Sefaz”, continuou.

Na gestão de Farney Fanio Machado Frete e Antônio Independente de Oliveira, Marco foi convidado a trabalhar no departamento técnico do sindicato. Na eleição seguinte, do



*Washington Ferreira de Moraes, participou da chapa concorrendo ao Conselho Fiscal. Quando eleito, desenvolveu diversos trabalhos, juntamente com a diretoria executiva, inclusive participando da reformulação do Estatuto, que passou a estabelecer a individualização de candidaturas por cargos.*

*Candidatou-se, na forma individual das eleições naquele ano, para ocupar o cargo de Diretor de Formação Sindical, Social e de Aposentados, na eleição seguinte, sendo eleito.*

*A partir daí, junto com outros diretores do sindicato, começou a participar ativamente das reuniões da Fenafisco, que culminou na indicação de seu nome, pelos membros do CD da federação, para compor a diretoria de Aposentados, tendo sido eleito. Quase que concomitantemente, na eleição seguinte do sindicato foi eleito, também, para o cargo de Delegado Sindical de Campo Grande.*

*Como representante da categoria e tendo sido eleito para o cargo de Diretor de Aposentados da Fenafisco, Marco diz ter amadurecido muito pela oportunidade que teve de aprender com colegas mais experientes, sobre a importância da representação e do movimento sindical, bem como a respeito de estratégias de gestão e negociação salarial. “Trabalhamos incansavelmente, principalmente nas defesas de interesses dos Fiscos Estaduais e Distrital no Congresso Nacional, podendo destacar a participação no Congresso Nacional, no Ministério da Previdência Social e no Ministério do Planejamento e em quase todas as capitais do país debatendo os malefícios, tanto para os Regimes Próprios de Previdência como para os Servidores Públicos, caso fosse aprovado o Projeto de Lei 1996 - que tratava da Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais, conforme redação original do projeto, onde conseguimos juntos com outros sindicalistas e outras entidades fazer o convencimento dos parlamentares e excluir a obrigatoriedade dos Estados a fazerem parte. Muitas foram as*

*gestões na defesa dos interesses corporativos e de Estado enquanto estivemos fazendo parte da Diretoria Executiva da FENAFISCO”, destacou Marco Aurélio.*

*Após cumprir essa etapa foi sugerido por vários colegas que Marco Aurélio se candidatasse ao cargo de Diretor-Presidente do sindicato. Então, ele avaliou que esta seria a oportunidade de retribuir à categoria, aplicando o conhecimento adquirido através da participação na FENAFISCO, em trabalhos e projetos que viessem ao encontro dos interesses dos Agentes Tributários Estaduais.*

*Marco porém entendia que em muito a categoria já havia avançado, contudo teria que acompanhar a implementação total da nova grade salarial, a revisão e aplicação das progressões advindas da nova grade, revisão de distorções quanto ao pagamento equivocado da produtividade setorial aos colegas que se aposentaram de forma proporcional, dentre outras gestões, visando a garantia de direitos adquiridos anteriormente e a manutenção de todas as conquistas ocorridas no decorrer de décadas de trabalho do sindicato.*

*Mas para isso era preciso montar uma equipe de trabalho avaliando o perfil de cada um dos componentes para que fosse aproveitado ao máximo o conhecimento específico de cada um deles. Então foi feito o convite para o João Henrique Andreus para ser o vice-presidente; Francisco Carlos de Assis (Chiquinho) para ser o diretor-Secretário e de Comunicação; Luiz Augusto Nunes Ferreira para ser o Diretor Administrativo e Financeiro; e o João Bosco de Figueiredo Costa para ser o Diretor de Formação Sindical, Social e de Aposentados. E todos os diretores com seus respectivos vices altamente comprometidos com o trabalho e prontos a atender quando das convocações.*

*Objetivando ampliar a atuação do sindicato e oportunizar a participação de mais colegas, visando a formação de novas*

lideranças, foi proposta a criação de vários departamentos, que em muito têm colaborado com a atual gestão sindical.

Após serem eleitos, logo no início do mandato, a Diretoria Executiva se deparou com vários equívocos no cálculos dos salários da categoria quando da implementação da 1ª fase da nova grade salarial e conseguiram que a administração revisse alguns conceitos e interpretações da lei e que fizesse a retificação, culminando com a revisão dos cálculos e pagamentos das diferenças.

No caso dos aposentados, foi apurado que 220 colegas, aproximadamente, se aposentaram de forma proporcional entre 1998 e 2003 e que 166 destes vinham recebendo de forma equivocada a sua produtividade, ou seja, diferente do que prescrevia a lei onde deveria ser paga na totalidade, fazendo com que cada um destes colegas recebesse a menor até R\$ 2.200,00, onde conseguiram convencer a administração a fazer essa recomposição.

Outra conquista importante, foi o convencimento do governador no sentido de promover a mudança do nome do cargo, de Agente Tributário para Fiscal Tributário Estadual, pois era um pleito histórico da categoria. Segundo Marco Aurélio, a Diretoria Executiva só obteve êxito a partir do apoio e participação da categoria quando das convocações para as mobilizações na Assembleia Legislativa.

“Não poderíamos deixar de enaltecer e citar o apoio total e irrestrito do Colega FTE Amarildo Valdo da Cruz, quando da tramitação do projeto e em reuniões da Diretoria Executiva do sindicato no convencimento do governador do Estado e de outros deputados estaduais. Agradecemos, inclusive, ao governador anterior André Puccinelli, pelo encaminhamento de nosso pleito e a intervenção imprescindível do atual governador Reinaldo Azambuja, já em seu mandato, nos levando a obtermos êxito quanto a esta conquista”, disse Marco Aurélio.

A Diretoria Executiva abriu o debate com a categoria sobre a necessidade de adequação do nome do sindicato, haja vista a mudança da nomenclatura do cargo, para SINDIFISCAL/MS, refletindo o cargo das pessoas que o sindicato representa. E após isso, foram revitalizadas todas as fachadas das sedes das Delegacias Sindicais no interior do estado, bem como da sede e clube de campo Roosevelt Paes de Campos, em Campo Grande, onde também será sendo realizada uma reforma geral em suas instalações visando proporcionar mais conforto aos sindicalizados, estimulando-os, e aos seus familiares, a desfrutar das novas estruturas.

Outra conquista importante obtida foi em relação ao atrelamento da remuneração da categoria com a dos desembargadores, visando corrigir automaticamente os valores referentes ao teto salarial, pois até os salários dos FTEs estavam atrelados aos vencimentos do governador, onde mais uma vez foi feita gestão junto ao governador e aos deputados estaduais, sendo aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Emenda a Constituição Estadual vinculando o teto da categoria aos salários dos desembargadores.

Marco enfatizou que nesse aspecto, mais uma vez a Diretoria Executiva deve muitos agradecimentos ao colega FTE deputado Amarildo Cruz, aos demais deputados estaduais e principalmente ao governador Reinaldo Azambuja.

“Acreditamos que hoje estamos muito mais fortalecidos pela confiança da categoria e no entendimento da importância do trabalho desenvolvido pelas diretorias do sindicato no decorrer do tempo, principalmente pelas conquistas. Nós, da atual diretoria executiva do SINDIFISCAL/MS, só temos a agradecer todo o apoio e confiança de nossos sindicalizados, pois somente juntos, demonstrando a nossa união, é que conseguimos as conquistas e os avanços obtidos em nosso mandato”





*Revitalização da sede com nova fachada da 6ª Delegacia Sindical de Três Lagoas, entregue à categoria no dia 22 de dezembro de 2015*



*Reforma do Clube de Campo do SINDIFISCAL/MS "Rosevelt Paes de Campos"*





*Sindicato dos Fiscais Tributários do Estado  
de Mato Grosso do Sul - SINDIFISCAL / MS*